

Relator Maria Do Rosário Morgado	Nº do Documento
Apenso	Data do Acórdão 05/02/2020
Data de decisão sumária	Votação unanimidade
Tribunal de recurso	Processo de recurso
Data	Recurso
Referência de processo de recurso	Nível de acesso Público
Meio Processual Revista	Decisão indeferida a reclamação
Indicações eventuais Transitado Em Julgado	Área Temática 7ª secção (cível)
Referencias Internacionais	
Jurisprudência Nacional	
Legislação Comunitária	
Legislação Estrangeira	
Descritores nulidade de acórdão; oposição entre os fundamentos e a decisão;	



Sumário:

A nulidade prevista na al. c) do n.º 1 do art. 615.º, do CPC, segundo a qual a sentença é nula quando os fundamentos estejam em manifesta oposição com a decisão, sanciona o vício de contradição formal entre os fundamentos de facto ou de direito e o segmento decisório da sentença.

Decisão Integral:

Acordam em conferência no Supremo Tribunal de Justiça 1. Julgado o recurso de revista, o autor veio arguir a nulidade do acórdão por ininteligibilidade e contradição entre os fundamentos e a decisão. 2. A ré BCP, SA respondeu, pronunciando-se no sentido do indeferimento do requerido. Cumpre decidir. 3. A nulidade prevista na alínea c), do nº 1, do artigo 615º, do CPC, segundo a qual a sentença é nula quando os fundamentos estejam em manifesta oposição com a decisão, sanciona o vício de contradição formal entre os fundamentos de facto ou de direito e o segmento decisório da sentença. Constituindo a sentença um silogismo lógico-jurídico (cf. art. 607º, do CPC), de tal forma que a decisão seja a conclusão lógica dos factos apurados, aquela nulidade – como tem sido unanimemente afirmado na doutrina e na jurisprudência - só se verifica quando das premissas de facto e de direito se extrair uma consequência oposta à que logicamente se deveria ter extraído. No caso em apreço, não se depreende qualquer relação de exclusão formal entre a fundamentação de facto e de direito e o dispositivo da decisão recorrida, pelo que – manifestamente – não se verifica a nulidade assacada ao acórdão posto em crise. ***Tão pouco ocorre qualquer ambiguidade ou obscuridade que torne a decisão ininteligível. Na verdade, em termos que não permitem suscitar qualquer dúvida, o acórdão, apoiando-se nas normas legais ali enunciadas, explicitou, com total clareza, os argumentos jurídicos que concorrem para sustentar a declaração de ineficácia das hipotecas, relativamente ao património comum do ex-casal. ***4. Nestes termos, acorda-se em indeferir a reclamação. As respectivas custas, fixando-se a taxa de justiça em 3 (três) UC's, serão suportadas pelo reclamante. Lisboa, 05 de Fevereiro de 2020 Maria do Rosário Correia de Oliveira Morgado (Relatora) Oliveira Abreu Ilídio Sacarrão Martins

